



Senadores começam a definir pauta para depois da eleição

Semana de esforço concentrado contabilizou não só a aprovação de 24 proposições, mas também o início de diálogo sobre projetos como guarda compartilhada e aposentadoria especial para servidores com deficiência

Estímulo à utilização de energia solar, com isenção de impostos, e criação de adicional por tempo de serviço para juízes e membros do Ministério Público também estão entre as possibilidades de

votação para depois de 5 de outubro. Os projetos não foram decididos nesta semana pelo Plenário porque os entendimentos para votação estão sendo aprimorados pelos parlamentares e, em alguns casos, com o governo. **3**

Plenário votou 24 propostas na terça-feira e iniciou entendimentos sobre as próximas decisões



Moreira Mariz/Agência Senado

Ronaldo Silva/ABECOM-BA



Recebimento de denúncias de vítimas de violência vinha sendo feito pelas delegacias especializadas

Ligue 180 atenderá todo o Brasil

Lei aprovada pelo Congresso Nacional foi sancionada ontem. Agora o governo federal será respon-

sável por ampliar e instalar atendimento para receber denúncias de violência contra a mulher. **2**

Leilão para tecnologia 4G é aprovado pelo TCU **4**

Legalização da maconha voltará a ser discutida **4**

Projeções do Orçamento causam divergências **2**

Militar professor poderá acumular cargos **3**

Adoção pode ganhar novas regras

Aguarda emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto de lei que sugere cri-

térios de desempate entre pessoas e casais que aguardam na fila para adoção de crianças. **4**



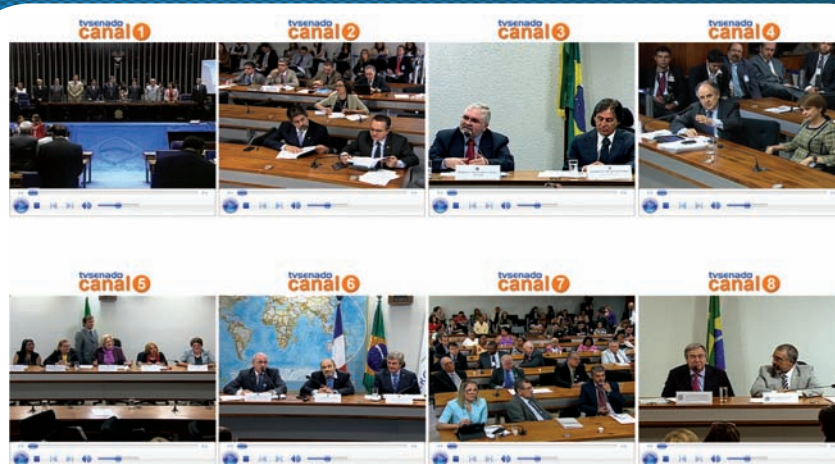
Marcello Casati Jr/ABR

Segundo texto, em caso de empate, crianças para adoção irão para quem aguarda há mais tempo

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Secom | Comark - Criação e Marketing

Para oposição, projeções orçamentárias são irreais

Líder do DEM diz que as estimativas de inflação e a retração da economia no primeiro semestre obrigam a uma revisão do PIB. Líder do PT contrapõe com previsão de recuperação para o segundo semestre

AS PROJEÇÕES FEITAS na proposta de lei orçamentária para 2015 (PLN 13/2014) causam divergência entre o governo e a oposição. O projeto, entregue semana passada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, prevê crescimento de 3% do produto interno bruto (PIB) e inflação de 5%.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), disse que a oposição não criará dificuldades para a discussão da proposta, mas lembrou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, que traz as regras para a elaboração do Or-

çamento, ainda não foi votada.

Agripino ressaltou que as estimativas para a inflação chegam a 6,5% e que, no primeiro semestre, houve retração de 0,8% da economia, o que deve obrigar a uma revisão do PIB.

— A proposta orçamentária que o governo mandou torna a peça orçamentária completamente irreal, porque há receitas previstas que não vão acontecer e, conseqüentemente, as despesas decorrentes serão fictícias — acrescentou.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), acredita que o Congresso não precisará mudar

os parâmetros do Orçamento porque há uma previsão de melhora da economia no segundo semestre. Apesar do prazo curto, ele avalia que o projeto será votado a tempo.

— Acho que, até pelo fato de termos um presidente eleito, vamos ter um entendimento para que haja essa votação.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), confirmou a indicação de Romero Jucá (PMDB-RR) para a relatoria do Orçamento. O projeto só deve ser votado após as eleições. O prazo para a definição do Orçamento é 22 de dezembro.



Pedro Franco/Agência Senado

Para Ana Rita, relatora da proposta, acesso ao serviço será ampliado

Denunciar violência por telefone ficará mais fácil

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 59/2014, que autoriza o Poder Executivo a tornar disponível, em âmbito nacional, um número telefônico para receber as denúncias de violência contra a mulher. A proposta é de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher.

Com a nova legislação (Lei 13.025/2014), o serviço de recebimento das denúncias — o Ligue 180 — vai ser operado pela Central de Atendimento à Mulher, hoje coordenada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República. Até então, cabia às delegacias municipais cuidar do atendimento dos casos.

A senadora Ana Rita (PT-ES), relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e também relatora da CPI mista, explicou que a mudança permitirá a expansão do serviço. Além disso, observou, a nova lei assegura o respaldo legal à atividade.

O serviço Ligue 180 existe desde 2005. Funciona 24 horas diárias e todos os dias da semana, inclusive nos feriados. De acordo com Ana Rita, do ano de criação até 2012, a Central de Atendimento à Mulher prestou quase 3 milhões de atendimentos, “que não se limitaram ao registro das denúncias de violência, envolvendo igualmente a orientação sobre direitos e políticas para as mulheres”.



Ministra Miriam Belchior durante entrega do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 ao presidente do Senado, Renan Calheiros

Senado analisará dez novos embaixadores

O Senado vai analisar dez indicações do Executivo para o cargo de embaixador. Os indicados serão sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e, caso sejam aprovados, terão os nomes analisados ainda pelo Plenário.

Alfredo César Martinho Leoni foi indicado para o cargo de embaixador do Brasil na Polônia. Fernando de Mello Vidal, se tiver o nome aprovado, será embaixador no Haiti. Evaldo Freire poderá representar o

Brasil na Guiné Equatorial e Maria Teresa Mesquita Pessoa será a nova embaixadora no Nepal, se a indicação for confirmada pelos senadores.

O Executivo também indicou Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, que poderá vir a ocupar o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia. Outro nome indicado é o de Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert. Se tiver o nome aprovado, ela vai exercer, cumulativamente com o cargo de embaixadora do Brasil na Etiópia, o cargo de

embaixadora no Sudão do Sul.

Eduardo Carvalho foi indicado para a embaixada do Brasil na Namíbia, enquanto Ruy Pacheco de Azevedo Amaral poderá ocupar o cargo de embaixador no Egito, cumulativamente com as representações na Somália e na Eritreia. A Presidência ainda indicou Carlos Alberto Michaelson den Hartog, que poderá ser o embaixador do Brasil na Jamaica, e Francisco Carlos Soares Luz, para a embaixada do Brasil na Jordânia.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão será não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvia Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Nesta semana, líderes partidários iniciaram a discussão das próximas votações. Entre as propostas já acordadas para exame após as eleições, está a da guarda compartilhada

Pauta de outubro já começou a ser definida

DEPOIS DO ESFORÇO concentrado desta semana, em que foram aprovadas 24 proposições, os senadores já avaliam as propostas que podem entrar na pauta de votações após as eleições de 5 de outubro. Entre os projetos mencionados, estão a garantia de aposentadoria especial para servidores com deficiência (PLS 250/2005 — Complementar), estímulo à adoção da energia solar (PLS 317/2013) e regras para a guarda compartilhada de filhos (PLC 117/2013).

Segundo Paulo Paim (PT-RR), além da aprovação de propostas importantes, como a MP que aumentou o percentual de adição de biodiesel e etanol nos combustíveis, o esforço concentrado possibilitou o estabelecimento de diálogo sobre os temas da próxima votação.

— Acho que o esforço concentrado rendeu, tanto para ajustar projetos que já estavam prontos para serem votados, como aqueles que serão vota-

dos após 5 de outubro — disse o senador, ressaltando que foram definidos os encaminhamentos para a votação da aposentadoria especial para servidores, prevista em projeto de autoria dele.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) confirmou que foram adiantadas as negociações para projetos que entrarão na pauta logo após o primeiro turno das eleições. O senador citou o PLS 317/2013, de Ataídes Oliveira (Pros-TO), que isenta do Imposto de Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

— É uma proposta para aproveitarmos mais a energia solar. Não só no aquecimento para as residências, mas também no fornecimento de energia elétrica — explicou Casildo.

Valdir Raupp (PMDB-RO) prevê o exame, logo após as eleições, do PLC 117/2013, que determina a guarda compartilhada quando pai e mãe tiverem condições de exercer



Incentivo à utilização da energia solar é um dos assuntos que devem ser votados pelo Senado depois das eleições

o poder familiar, mas não chegam a um acordo sobre os filhos após a separação.

— É uma matéria que poderia ser votada, mas não houve acordo de liderança. Espero que assim que passe esse período de eleições a gente possa votar — disse o senador, relator do projeto, aprovado nesta semana na Comissão de Constituição e Justiça.

Outra matéria que aguarda

votação é a PEC 63/2013, que cria um adicional por tempo de serviço para juízes e membros do Ministério Público. Nesta semana, em encontro com representantes de associações de juízes, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou que a proposta está pronta para ser votada.

A PEC 63 já passou por cinco sessões de discussão em Plenário e aguarda votação em

primeiro turno. Para a aprovação, são necessários pelo menos 49 votos favoráveis, em dois turnos.

O governo tem manifestado receio de que a aprovação de um adicional para os juízes, remunerados por subsídio, possa estimular demandas semelhantes de outras carreiras. Há também preocupação com a extrapolação do texto constitucional.

Professores das Forças Armadas poderão acumular cargos

Aguarda designação de relator a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2014, que estende aos militares que atuam como professores nas Forças Armadas a possibilidade de acumulação de cargo civil. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A Emenda Constitucional 77, promulgada em fevereiro, estendeu a

possibilidade de acumular cargos da área de saúde aos militares. No magistério, porém, os militares ainda não podem ocupar simultaneamente cargo civil.

Pelo que determina a Constituição, podem ser acumulados dois cargos de professor; um de professor e outro técnico ou científico; e dois cargos ou empregos privativos de profissionais

de saúde, com profissões regulamentadas. Todas as hipóteses dependem de compatibilidade de horários.

Para o autor da proposta, o ex-senador Eduardo Lopes, estender aos militares do quadro do magistério a acumulação de um segundo cargo poderá contribuir para o aumento da oferta de professores no mercado. A medida seria fundamental para a con-

secução da meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE), cujo objetivo é a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, com a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio, atualmente em 52%, para 85%.

Depois do exame da CCJ, a proposta deve passar pelo Plenário do Senado para depois seguir para a Câmara.

Fleury elogia trabalho da Celg no fornecimento de energia a Goiás

Fleury (DEM-GO) comemorou a chegada das chuvas em Goiás, já que os agricultores puderam iniciar o plantio.

O senador lembrou, porém, que as chuvas sempre chegam após muita ventania, o que aconteceu desta vez na região de Quirinópolis, sudeste do estado. O parlamentar comemorou, no entanto, que não tenha havido interrupção no fornecimento de energia elétrica, o que ele atribuiu à gestão eficiente da Companhia Energética de Goiás (Celg).

Fleury lembrou que houve época em que os produtores de leite sofriam com os apagões, pois corriam o risco de ver a produção leiteira

perdida, já que ficavam sem poder resfriar o produto. Ele ressaltou que Quirinópolis tem uma produção diária de 140 mil litros de leite.

— Quero aqui, em nome dos produtores que têm que resfriar o leite, parabenizar a Celg, que tem feito o seu trabalho de manutenção para que o leite não se perca na propriedade — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo diz que vai ao STF por restauração de estrada em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou ter decidido recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir que as obras de restauração da BR-174 na região da área indígena Waimiri-Atroari sejam executadas. A rodovia liga Roraima ao Amazonas.

O senador explicou que, desde o ano passado, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) não consegue formalizar acordo de cooperação para repasse de verbas para a Associação Comunidade Waimiri-Atroari (ACWA) fazer monitoramento da obra.

O Dnit adverte que, sem a restauração, o tráfego na BR-174 po-

derá ser suspenso, o que deixaria a população de Roraima isolada.

Segundo Mozarildo, foi a Funai que orientou o Dnit a fazer um acordo com a ACWA. O senador, no entanto, avalia que isso talvez não seja necessário, porque o Supremo já decidiu que órgãos públicos não precisam de permissão da Funai para obras e serviços em áreas indígenas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Odacir Soares pede obras de elevação de rodovias em Rondônia

Odacir Soares (PP-RO) chamou a atenção das autoridades ontem, em Plenário, para a necessidade de início das obras de elevação do nível das rodovias BR-319, no trecho Araras, e BR-364, na região de Jaci-Paraná.

Segundo ele, com as cheias do Rio Madeira, neste ano, ficou evidente a necessidade de ser elevado o nível das rodovias em, pelo menos, 4 metros, para evitar que o tráfego nas estradas não fique suspenso por causa das chuvas.

O senador disse que o momento é propício para reivindicar essa providência, uma vez que o ministro dos Transportes, Paulo Passos, e o diretor-ge-

ral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, irão no dia 15 a Porto Velho para inaugurar ponte na rodovia que liga a capital de Rondônia a Manaus, no Amazonas.

— Aproximam-se as chuvas de fim de ano e há um receio generalizado de que as duas rodovias sejam novamente inundadas — alertou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sugestão de regulamentação da droga para uso medicinal e recreativo foi apresentada por um cidadão e recebeu mais de 20 mil apoios na internet. Audiências discutem possibilidade de a ideia virar projeto de lei

Edição: Rodrigues/Agência Senado



Relator da sugestão popular, Cristovam (C) disse que apresentará o relatório sobre uso medicinal nas próximas semanas

Comissão faz quarto debate sobre regulação da maconha

O DEBATE NA sociedade sobre a regulamentação da maconha é o tema da quarta audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir a regulação do uso medicinal, recreativo e industrial da droga. O encontro será na segunda-feira, às 9h.

A ideia legislativa foi apresentada por um cidadão, por meio do Portal e-Cidadania, e alcançou os 20 mil apoios necessários para que seja analisada pela CDH, como proposta a um projeto de lei. A sugestão (SUG 8/2014) prevê ainda o cultivo caseiro,

o registro de clubes de autocultivadores, o licenciamento de estabelecimentos para cultivo e a venda de maconha no atacado e no varejo.

O relator da sugestão popular na CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), programou oito audiências públicas para ouvir a sociedade e formular parecer sobre o assunto, ou seja, se a proposta de regulamentação é arquivada ou passa a tramitar no Senado como um projeto de lei.

O primeiro debate fez uma avaliação internacional e discutiu experiências de outros países. O segundo debateu

o tema a partir das políticas públicas brasileiras e da legislação nacional.

Pelo Portal e-Cidadania, é possível participar ao vivo, com perguntas e comentários, que serão encaminhados à presidência da reunião.

PARTICIPE SEGUNDA ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:**
<http://bit.ly/CDHmaconha8set>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:**
<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Projeto cria critérios de desempate para adoção de crianças

Foi apresentado ao Senado na terça-feira o PLS 258/2014, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para sugerir critérios de desempate entre os casais que aguardam adoção de crianças. A proposta, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), tem o objetivo de criar uma regulamentação unificada nacionalmente para ordenar a prioridade entre os inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Segundo a senadora, atualmente não há nenhuma regra definida.

— São aplicados variados critérios, nas diferentes unidades federativas. Eles, não raro, divergem do princípio constitucional do melhor interesse da criança — observa Vanessa.

A proposta coloca como primeiro critério de preferência a ordem crono-

lógica da habilitação à adoção. Havendo dois ou mais inscritos que tenham sido habilitados na mesma data, terão prioridade os casados ou em união estável. Se ainda houver postulantes igualmente colocados, será atendido primeiro quem não tiver declarado preferência de raça, cor, sexo ou saúde da criança a ser adotada.

Persistindo o empate, os próximos critérios considerados são: se o postulante está cadastrado na mesma unidade da Federação do adotável; se ele ainda não tem filhos; se ele está cadastrado na mesma comarca (território de competência de um juiz) do adotável; e se ele está cadastrado no mesmo foro regional do adotável. A seguir, terão preferência os postulantes comprovadamente estéreis.

Na hipótese de adoção internacional, os brasileiros residentes no exterior terão preferência sobre os estrangeiros. Caso a criança ou jovem adotável tenha irmãos para adoção,

será dada preferência aos candidatos interessados em adotar em grupo. O projeto foi enviado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá emendas.



Critérios pretendem organizar melhor posição de casais e pessoas que aguardam na fila da adoção

Proposta prevê eleições em tribunais estaduais e regionais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode aprovar proposta de emenda à Constituição (PEC 15/2012) que democratiza as eleições para presidente e vice-presidente dos tribunais estaduais e tribunais regionais federais. A iniciativa partiu de Vital do Rêgo (PMDB-PB), atual presidente da CCJ, e conta com voto favorável do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

A proposta dá a todos os desembargadores o direito de disputar a administração das cortes de Justiça do país. Atualmente, a Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar 35/1979) estabelece que os cargos diretivos dos tribunais serão exercidos pelos juízes mais antigos.

— Convivemos, portanto, com um sistema que relaciona antiguidade

com competência de gestão e tal circunstância acaba cobrando seu preço: a dificuldade histórica dos tribunais de apresentarem práticas administrativas compassadas com princípios caros ao serviço público — comenta o relator.

A proposta estabelece que a eleição ocorra por maioria absoluta e voto direto e secreto. A previsão é que o

mandato seja de dois anos, permitida uma recondução.

O procedimento não vai ser aplicado, entretanto, à escolha dos dirigentes do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e dos tribunais regionais eleitorais. Nessas instituições, o processo vai continuar submetido a regras fixadas nos respectivos regimentos internos.